



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681526 - SP (2021/0227755-7)

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : MAURO EVANDO GUIMARAES  
**ADVOGADO** : MAURO EVANDO GUIMARAES - SP204341  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MANOEL FRANCISCO DE SOUSA NETO (PRESO)  
**CORRÉU** : ISAAC NASCIMENTO PEREIRA  
**CORRÉU** : WILLIAM APARECIDO BASTOS  
**CORRÉU** : RONAN LUCAS DE SOUZA  
**CORRÉU** : CIRO PEDRO DE FREITAS PEREIRA  
**CORRÉU** : BRUNO SANTOS DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : DIEGO LEME DA CRUZ  
**CORRÉU** : MARIO BATISTA GOMES DA SILVA  
**CORRÉU** : ROBERTO CARLOS FAVALLI  
**CORRÉU** : MARCIO ALBERTO DE PAULA  
**CORRÉU** : ANDREY TREVISAN ALEXANDRE  
**CORRÉU** : RAFAEL QUEIROZ LAVANDOSKY  
**CORRÉU** : CLAUDIO ARCANJO DA SILVA  
**CORRÉU** : FELIPE SOARES DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : ELVIS GONCALVES PINTO  
**CORRÉU** : LUIS FERNANDO ALVES PAIXAO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MANOEL FRANCISCO DE SOUSA NETO, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2163552-78.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso preventivamente e denunciado como incurso nos arts. 2º, §§ 2º e 3º, da Lei n. 12.850/2013, e 35 da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que o acusado faria jus à liberdade provisória.

Aduz que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da segregação antecipada.

Alega que, por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, o encarceramento provisório seria desproporcional à pena eventualmente imposta em caso de condenação, o que reforçaria a ilegalidade da medida extrema.

Afirma que a custódia poderia ser substituída por cautelares diversas.

Argumenta que o paciente é portador de diabetes, integrando o grupo de risco do coronavírus, razão pela qual teria direito à prisão domiciliar, nos termos do art. 318 do Código de Processo Penal e da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente, que o acusado aguarde em liberdade o julgamento do *writ* e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que a sua prisão preventiva

seja revogada, a fim de que possa responder ao processo em liberdade até o trânsito em julgado de eventual sentença condenatória.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que, ainda, não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio *mandamus*, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020; sem grifos no original)

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a autoridade impetrada fundamentou suficientemente o indeferimento da liminar pleiteada na origem (fl. 8):

*Indefiro a liminar requerida porquanto ausentes os pressupostos autorizadores de sua concessão.*

*A concessão de liminar, em habeas corpus, é cabível quando o constrangimento ilegal é manifesto, podendo ser detectado, de imediato, a um exame sumário dos documentos que instruem a inicial.*

*No presente caso não se divisa ilegalidade explícita a ponto de ensejar a antecipação do mérito do remédio constitucional.*

*A questão, portanto, só pode ser apreciada no julgamento definitivo do writ, após a vinda das informações da autoridade impetrada.*

Ademais, no que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator

Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque, ao indeferir o pleito de revogação da custódia, o magistrado singular registrou o seguinte (e-STJ fl. 676):

*Quanto ao pedido de revogação da prisão, observa-se que o réu demorou para ser encontrado (o que, inclusive, levou ao desmembramento do feito em relação a ele), a demonstrar que a prisão permanece necessária para garantir a aplicação da lei penal. No mais, não há qualquer elemento concreto a indicar que o acusado não esteja recebendo o tratamento adequado no estabelecimento prisional em relação ao problema de saúde enfrentado, o qual, ademais, não é daqueles incomuns.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência